

Paradoxo democrático

Álvaro de Vasconcelos*

Os Estados Unidos têm agora no Iraque a responsabilidade de cumprir com a palavra dada: devolver o poder ao povo, dele privado durante longos anos – tarefa bem mais difícil que a vitória militar.

Condenada pela esmagadora maioria das opiniões públicas e recusada a sua legitimação pelo Conselho de Segurança, a ocupação americana será avaliada pela forma como usar o poder que agora com enorme dificuldade exerce. O cepticismo sobre os objectivos democráticos da intervenção é geral, inclusive no Iraque, e mesmo a maioria dos que consideram que existe em Washington um messianismo democrático acreditam que a democracia não se impõe do exterior, que precisa de ser alicerçada em forças internas democráticas, e que o voluntarismo neoconservador é perigoso.

Significa isto que a melhor solução para o Iraque seria a retirada imediata das forças ocupantes? Nada menos certo, pois provavelmente lançaria o país na total anarquia. Os Estados Unidos e seus aliados devem assumir a responsabilidade de garantir a segurança e a ajuda humanitária, permitir a transição e retirar, tudo isto num prazo relativamente curto.

Devolver o governo aos iraquianos pode porém conduzir ao poder, pela via eleitoral, um partido islamista totalitário. Este dilema não é exclusivo a um país de maioria xiita, é comum à generalidade dos países de maioria sunita. Foi para o evitar que os militares argelinos impediram a realização da segunda volta das eleições em 1992 e lançaram o país numa guerra contra os civis que já fez mais de cem mil mortos. Todas as tentativas de ligar o islamismo radical na Argélia ao Irão xiita fracassaram: a FIS era um partido argelino nacionalista identitário. O islamismo político, radical ou não, impôs-se como a principal alternativa aos regimes árabes e ao nacionalismo árabe, no essencial laico, cuja legitimidade assentou na luta de libertação nacional mas que hoje a perderam, incapazes que foram de resolver os problemas económicos e sociais dos seus países e sobretudo de garantir as liberdades públicas e o Estado de direito. A repressão, em muitos deles, de toda e qualquer forma de oposição fez com que ao abrigo das mesquitas se tivesse desenvolvido a única alternativa política. Assim parece ter sido no Iraque, apesar da repressão brutal do regime de Saddam contra toda a oposição, nomea-

damente a que se reclama do profeta Ali, o fundador do xiismo. O medo atávico da mudança nos países árabes é, aliás, partilhado pelos governos europeus e americano e pelas elites nos países da margem sul do Mediterrâneo. Simplesmente, não há democracia – governo do povo – sem representação de sectores significativos desse mesmo povo. A alternativa é pois uma transição bem conduzida e a integração dos islamistas na vida pública, favorecendo a evolução do islamismo político no sentido democrático. É o que se passa na Turquia e se tenta, de formas diferentes, na Jordânia e em Marrocos.

O Iraque dificilmente poderá vir a servir de exemplo neste ponto. Como já foi dito, uma força de ocupação não tem a legitimidade necessária para banir, por exemplo, partidos que preconizam um Estado islâmico nem tempo para promover um processo lento. Toda a medida repressiva contra os islamistas, mesmo radicais, e as populações xiitas que os apoiam, será considerada acto intolerável do ocupante estrangeiro e radicalizará ainda mais a crescente oposição à presença americana. Não se constrói a democracia, como a Argélia tragicamente demonstra, lançando na clandestinidade partidos que representam largos sectores da população. É preciso correr no Iraque o risco de que, finda a transição, esteja no poder um partido islamista radical ou então optar pela instalação de um regime autoritário. É um paradoxo democrático que é quase impossível aos americanos resolverem bem sozinhos, e com apoio internacional provavelmente também.

Muitos dos que se opuseram com razão à guerra acham hoje que o fracasso americano no Iraque seria positivo para a ordem internacional. Pelo contrário, penso que a UE, mais vocacionada que os EUA para processos de transição política, deveria ser parte activa da procura de uma saída democrática para a crise iraquiana. Isso exige contrariar a perspectiva de predomínio incontestado dos que acham que a democracia se pode impor pelas armas e influência real na condução da transição. O êxito de um processo democrático, inclusivo, transparente e abrangente, respeitador da independência iraquiana, será sempre um fracasso dos neoconservadores, que ganharam a guerra mas não têm condições de ganhar a paz. ■

* Director do IEEI